

Esta Listagem não serve como Comprovativo

Rosto	
01 Período de tributação	
1 De 2017/04/01 a 2017/12/31	
Período 2 2017	
02 Área da sede, direção efetiva ou estabelecimento estável	
Código do Serviço de Finanças 0485	
03 Identificação e Caracterização do Sujeito Passivo	
Designação N.º de Identificação Fiscal (NIF)	
1 2 549949747	
3 Tipo de sujeito passivo	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Residente que exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	
2 <input type="checkbox"/> Residente que não exerce, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	
3 <input type="checkbox"/> Não residente com estabelecimento estável	
4 <input type="checkbox"/> Não residente sem estabelecimento estável	
3-A Qualificação da empresa nos termos do Anexo ao Decreto-Lei N.º 372/2007, de 6 de Novembro	
Se assinalou os campos 1 ou 3 do Quadro 03 - 3, indique como se qualifica nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 06 de novembro	
3 <input checked="" type="checkbox"/> Micro empresa	
4 <input type="checkbox"/> Pequena empresa	
1 <input type="checkbox"/> Média empresa	
2 <input type="checkbox"/> Não PME	
3-B Organismos de investimento coletivo	
Indique se se trata de um Organismo de Investimento Coletivo tributado nos termos do artigo 22.º do EBF	
1 <input type="checkbox"/>	
3-C Imputação de rendimentos (Art.º 5.º, n.º 9)	
É considerado um estabelecimento estável para efeitos da imputação prevista no n.º 9 do artigo 5.º?	
Sim 1 <input type="checkbox"/>	
4 Regimes de tributação dos rendimentos	
1 <input checked="" type="checkbox"/> Geral	
3 <input type="checkbox"/> Isenção definitiva	
4 <input type="checkbox"/> Isenção temporária	
5 <input type="checkbox"/> Redução de taxa	
6 <input type="checkbox"/> Simplificado	
7 <input type="checkbox"/> Transparência fiscal	
8 <input type="checkbox"/> Grupos de sociedades	
NIF da sociedade dominante / Responsável (art.º 69.º-A, n.ºs 3 e 4) 9	
10 <input type="checkbox"/> Pretende exercer a opção pelas taxas do art.º 87.º, n.º 1? (art.º 91.º, n.º 2 da Lei n.º 3 - B/2010, de 28 de abril)	
11 <input type="checkbox"/> Ocorreu alguma das situações referidas no ex-art.º 87.º, n.º 7 ?	
12 <input type="checkbox"/> Artigo 36.º-A do EBF	
4-A Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º-A, n.º 11)	
Se no período de tributação ocorreu transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais e estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português, indique o local de destino	
1 <input type="checkbox"/> Países da UE/EEE	
2 <input type="checkbox"/> Outros	
04 Características da declaração	
1 Tipo de declaração	
1 <input checked="" type="radio"/> 1.ª Declaração do período	
2 <input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 122.º, n.ºs 1 e 2)	
3 <input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4)	
4 <input type="radio"/> Declaração de substituição (art.º 120.º, n.ºs 8 e 9)	

5

☐

Declaração de substituição (art.º 64.º, n.º 4) fora do prazo legal

6

☐

Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

Data - Declaração de substituição (art.º 122.º, n.º 3)

2

Declarações especiais

1

☐

Declaração do Grupo

2

☐

Declaração do período de liquidação

3

☐

Declaração do período de cessação

Data da cessação

6

Declaração com período especial de tributação

4

☐

Antes da alteração

5

☐

Após a alteração

7

☒

Declaração do período do início de atividade

Data da transmissão/aquisição (entidades não residentes sem estabelecimento estável)

8

9

☐

Antes da dissolução

10

☐

Após a dissolução

Data da dissolução

11

3

Anexos que devem acompanhar a declaração

Anexo A (derrama)

1

☐

Anexo B (antigo regime simplificado em vigor até 2010)

2

☐

Anexo C (Regiões Autónomas)

3

☐

Anexo D (benefícios fiscais)

4

☒

Anexo E (regime simplificado)

5

☐

Anexo F (OIC)

6

☐

05

Identificação do Representante Legal e do Contabilista Certificado

NIF do representante legal

1

241522404

NIF do contabilista certificado

2

255808380

07 (Período 2009 e anteriores)

Apuramento do lucro tributável

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

201

€

Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido (art.º 21.º)

202

€

Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido (art.º 24.º)

203

€

SOMA (campos 201 + 202 - 203)

204

€

0,00

A ACRESCER

Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AIEE (art.º 6.º)

205

€

Prémios de seguros e contribuições (art.º 23.º, n.º 4)

206

€

Reintegrações e amortizações não aceites como custos (art.º 33.º, n.º 1)

207

€

Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 34.º, 37.º e 38.º)

208

€

Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 40.º)

209

€

Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.º 62.º do EBF)

210

€

IRC e outros impostos incidentes direta ou indiretamente sobre lucros [art.º 42.º, n.º 1, alínea a)]

211

€

Multas, coimas, juros compensatórios e demais encargos pela prática de infrações [art.º 42.º, n.º 1, alínea d)]

212

€

Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea e)]

213

€

Encargos não devidamente documentados [art.º 42.º, n.º 1, alínea g)]

277

€

Despesas não documentadas (art.º 23.º)

214

€

Menos-valias contabilísticas

215

€

Correções nos casos de crédito de imposto (art.º 62.º, n.º 1)

217

€

40% do aumento das reintegrações resultantes da reavaliação do imobilizado corpóreo

218

€

Importâncias devidas pelo aluguer de viaturas sem condutor [art.º 42.º, n.º 1, alínea h)]

220

€

Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º 7)

222

€

Despesas com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 42.º, n.º 1, alínea f)]

223

€

Correções relativas a exercícios anteriores

224

€

Correções relativas a preços de transferência (art.º 58.º, n.º 8)

251

€

Pagamentos a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 59.º, n.º 1)

252

€

Imputação de lucros de sociedades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 60.º)

253

€

Subcapitalização (art.º 61.º, n.º 1)

254

€

Juros de suprimentos [art.º 42.º, n.º 1, alínea j)]

255

€

Despesas com combustíveis [art.º 42.º, n.º 1, alínea i)]

256

€

Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato[ art.º 58.º-A, n.º 3, alínea a) ]	257	€	
Importâncias constantes de documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido [art.º 42.º, nº 1, alínea b)]	258	€	
Custos ou perdas suportados com transmissão onerosa de partes de capital (art.º 23.º, nºs 5,6 e 7)	259	€	
Ajustamentos de valores de ativos não dedutíveis ou para além dos limites legais (arts.º 34.º, 35.º e 36.º)	270	€	
Impostos diferidos	271	€	
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 43.º)	216	€	
Mais-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 45.º)	274	€	
Acréscimos por não reinvestimento (art.º 45.º, n.º 6.º)	275	€	
Mais-valias fiscais - regime transitório [art.º 7, n.º 7, alínea b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29 de dezembro e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro]	276	€	
	225	€	
SOMA (campos 204 a 225)	226	€	0,00
A DEDUZIR			
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEIE (art.º 6.º)	227	€	
Redução de provisões tributadas	228	€	
Mais-valias contabilísticas	229	€	
Menos-valias fiscais (art.º 43.º)	230	€	
Restituição de impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	231	€	
Rendimentos nos termos do artigo 46.º	232	€	
Atualização de encargos de explorações silvícolas (art.º 18.º, n.º 6.º)	233	€	
Benefícios fiscais	234	€	
Anulação do efeito do método da equivalência patrimonial (art.º 18.º, n.º7)	235	€	
40% das realizações de utilidade social (art.º 40.º, n.º9)	236	€	
Reversões de ajustamentos de valores de ativos tributados	272	€	
Impostos diferidos	273	€	
	237	€	
SOMA (campos 227 a 237)	238	€	0,00
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 238 > 226) (A transportar para os Campos 301, 312 e/ou 323 do Quadro 09)	239	€	0,00
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 226 >= 238) (A transportar para os Campos 302, 313, e/ou 324 do Quadro 09)	240	€	

07 (Período 2010 e posteriores)	Apuramento do lucro tributável		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	701	€	-115.166,17
Variações patrimoniais positivas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 21.º) e quota-parte do subsídio respeitante a ativos não correntes, não depreciables/não amortizáveis [art.º 22.º n.º 1, al. b) a al. d)]	702	€	
Variações patrimoniais positivas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	703	€	
Variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido do período (art.º 24.º)	704	€	
Variações patrimoniais negativas (regime transitório previsto no art.º 5.º, n.ºs 1, 5 e 6 do DL n.º 159/2009, de 13/7)	705	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções positivas)	706	€	
Alteração do regime fiscal dos contratos de construção (correções negativas)	707	€	
SOMA (campos 701 + 702 + 703 - 704 - 705 + 706 - 707)	708	€	-115.166,17
A ACRESCER			
Matéria coletável / lucro tributável imputado por sociedades transparentes, ACE ou AEIE (art.º 6.º)	709	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18.º, n.º 2)	710	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	711	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: gastos de juros (art.º 18.º, n.º 5)	782	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	712	€	
Ajustamentos não dedutíveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	713	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º11)	714	€	
Gastos de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º12)	715	€	
Gastos suportados com a transmissão onerosa de partes de capital (ex-art.º 23.º, n.ºs 3, 4 e 1.ª parte do n.º5)	717	€	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º) e perdas por imparidade fiscalmente não dedutíveis de ativos financeiros	721	€	
IRC, incluindo as tributações autónomas, e outros impostos que direta ou indiretamente incidam sobre os lucros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	724	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	725	€	4.305,00
Despesas não documentadas [art.º 23.º -A, n.º1, al. b)]	716	€	450,00
Encargos não devidamente documentados [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	731	€	
Encargos evidenciados em documentos emitidos por sujeitos passivos com NIF inexistente ou inválido ou por sujeitos passivos cessados oficiosamente [art.º 23.º -A, n.º 1, al. c)]	726	€	
Despesas ilícitas [art.º 23.º -A, n.º1, al. d)]	783	€	500,00
Multas, coimas e demais encargos, incluindo juros compensatórios e moratórios, pela prática de infrações [art.º 23.º -A, n.º 1, al. e)]	728	€	1.000,00
Impostos, taxas e outros tributos que incidam sobre terceiros que o sujeito passivo não esteja legalmente obrigado a suportar [art.º 23.º -A, n.º1, al. f)]	727	€	
Indemnizações por eventos seguráveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. g)]	729	€	

Ajudas de custo e encargos com compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador [art.º 23.º -A, n.º 1, al. h)]	730	€	
Encargos com o aluguer de viaturas sem condutor [art.º 23.º -A, n.º 1, al. i)]	732	€	
Encargos com combustíveis [art.º 23.º -A, n.º 1, al. j)]	733	€	50,00
Encargos relativos a barcos de recreio e aeronaves de passageiros [art.º 23.º -A, n.º 1, al. k)]	784	€	
Juros e outras formas de remuneração de suprimentos e empréstimos feitos pelos sócios à sociedade [art.º 23.º -A, n.º 1, al. m)]	734	€	
Gastos não dedutíveis relativos à participação nos lucros por membros dos órgãos sociais [art.º 23.º -A, n.º 1, al. o)]	735	€	
Contribuição sobre o setor bancário [art.º 23.º -A, n.º 1, al. p)]	780	€	
Contribuição extraordinária sobre o setor energético [art.º 23.º -A, n.º 1, al. q)]	785	€	
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 23.º -A, n.º 1, al. r) e n.º 7]	746	€	
50% de outras perdas relativas a partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final)	737	€	
Outras perdas relativas a instrumentos de capital próprio e gastos suportados com a transmissão onerosa de instrumentos de capital próprio de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 23.º -A, n.ºs 2 e 3)	786	€	
Perdas por imparidade em inventários para além dos limites legais (art.º 28.º) e em créditos não fiscalmente dedutíveis ou para além dos limites legais (art.ºs 28.º -A a 28.º -C)	718	€	
Perdas por imparidade de ativos não correntes (art.º 31 -B) e depreciações e amortizações (art.º 34.º, n.º1), não aceites como gastos	719	€	3.098,30
40% do aumento das depreciações dos ativos fixos tangíveis em resultado de reavaliação fiscal (art.º 15.º, n.º 2 do DR 25/2009, de 14/9)	720	€	
Créditos incobráveis não aceites como gastos (art.º 41.º)	722	€	
Realizações de utilidade social não dedutíveis (art.º 43.º)	723	€	
Menos-valias contabilísticas	736	€	
Mais-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b)]	738	€	
Diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais sem intenção de reinvestimento (art.º 46.º)	739	€	
50% da diferença positiva entre as mais-valias e as menos-valias fiscais com intenção expressa de reinvestimento (art.º 48.º, n.º 1)	740	€	
Acréscimos por não reinvestimento ou pela não manutenção dos ativos na titularidade do adquirente (art.º 48.º, n.º 6)	741	€	
Mais-valias fiscais-regime transitório [art.º 7.º, n.º 7, al. b) da Lei n.º 30-G/2000, de 29/12 e art.º 32.º, n.º 8 da Lei n.º 109-B/2001, de 27/12]	742	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)	743	€	
Prejuízos de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)	787	€	
Correções relativas a preços de transferência (art.º 63.º, n.º 8)	744	€	
Diferença positiva entre o valor patrimonial tributário definitivo do imóvel e o valor constante do contrato [art.º 64.º, n.º 3, al. a)]	745	€	
Imputação de rendimentos de entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado (art.º 66.º)	747	€	
Limitação à dedutibilidade de gastos de financiamento líquidos (art.º 67.º)	748	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação jurídica internacional (art.º 68.º, n.º 1)	749	€	
Correções nos casos de crédito de imposto por dupla tributação económica internacional (art.º 68.º, n.º 3)	788	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)	750	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para outro Estado membro da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	789	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação de atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo positivo referente aos elementos patrimoniais transferidos para países fora da UE ou do EEE ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	790	€	
Donativos não previstos ou além dos limites legais (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)	751	€	
Encargos financeiros não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º2 do EBF)	779	€	
Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do Código do IMI)	797	€	
Outros acréscimos	752	€	
SOMA (campos 708 a 752)	753	€	-105.762,87
A DEDUZIR			
Despesas ou encargos de projeção económica plurianual contabilizados como gasto na vigência do POC e ainda não aceites fiscalmente [art.º 22.º, al. f) do DR 25/2009, de 14/9]	754	€	
Prejuízo fiscal imputado por ACE ou AEE (art.º 6.º)	755	€	
Correções relativas a períodos de tributação anteriores (art.º 18, n.º 2)	756	€	
Vendas e prestações de serviços com pagamento diferido: rédito de juros (art.º 18.º, n.º 5)	757	€	
Gastos referentes a inventários e a fornecimentos e serviços externos com pagamento diferido: diferença entre a quantia nominal da contraprestação e o justo valor (art.º 18.º, n.º 5)	791	€	
Anulação dos efeitos do método da equivalência patrimonial e do método de consolidação proporcional no caso de empreendimentos conjuntos que sejam sujeitos passivos de IRC (art.º 18.º, n.º 8)	758	€	65.699,00
Ajustamentos não tributáveis decorrentes da aplicação do justo valor (art.º 18.º, n.º 9)	759	€	
Pagamentos com base em ações (art.º 18.º, n.º 11)	760	€	
Pagamento ou colocação à disposição dos beneficiários de benefícios de cessação de emprego, benefícios de reforma e outros benefícios pós emprego ou a longo prazo dos empregados (art.º 18.º, n.º 12)	761	€	
Reversão de perdas por imparidade tributadas (art.ºs 28.º, n.º 3 e 28.º -A, n.º 3)	762	€	
Depreciações e amortizações tributadas em períodos de tributação anteriores (art.º 20.º do DR 25/2009, de 14/9)	763	€	
Perdas por imparidade tributadas em períodos de tributação anteriores (art.ºs 28.º, 28.º -A, n.º 1 e 31.º -B, n.º7)	781	€	
Reversão de provisões tributadas (art.ºs 19.º, n.º 4 e 39.º, n.º 4)	764	€	
Restituição de Impostos não dedutíveis e excesso da estimativa para impostos	765	€	
Impostos diferidos [art.º 23.º -A, n.º 1, al. a)]	766	€	1.810,25
Gasto fiscal relativo a ativos intangíveis, propriedades de investimento e ativos biológicos não consumíveis (art.º 45.º -A)	792	€	
Mais-valias contabilísticas	767	€	

50% da menos-valia fiscal resultante de mudanças no modelo de valorização [art.º 46.º, n.º 5, al. b) e ex-art.º 45.º, n.º 3, parte final] e 50% da diferença negativa entre as mais e as menos-valias fiscais de partes de capital ou outras componentes do capital próprio (ex-art. 45.º, n.º 3, 1.ª parte)		768	€	
Diferença negativa entre as mais-valias e as menos-valias fiscais (art.º 46.º)		769	€	
Correções relativas a instrumentos financeiros derivados (art.º 49.º)		770	€	
50% dos rendimentos de patentes e outros direitos de propriedade industrial (art.º 50.º -A)		793	€	
Eliminação da dupla tributação económica de lucros e reservas distribuídos (art.º 51.º e 51.º -D)		771	€	
Lucros de estabelecimentos estáveis situados fora do território português (art.º 54.º -A)		794	€	
Correção pelo adquirente do imóvel quando adota o valor patrimonial tributário definitivo para a determinação do resultado tributável na respetiva transmissão [art.º 64.º, n.º 3, al. b)]		772	€	
Reporte dos gastos de financiamento líquidos de períodos de tributação anteriores (art.º 67.º)		795	€	
Correções resultantes da opção pelo regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas da partes sociais (art.ºs 74.º, 76.º e 77.º)		773	€	
Transferência de residência, afetação de elementos patrimoniais a estabelecimento estável situado fora do território português, cessação da atividade ou transferência de elementos patrimoniais de estabelecimento estável situado em território português: saldo negativo referente aos elementos patrimoniais transferidos para fora do território português ou afetos a estabelecimento estável aí situado (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)		796	€	
Benefícios Fiscais		774	€	400,00
Outras deduções		775	€	
Perdas por imparidade em créditos e benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados (art.º 4.º da Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto)		798	€	
SOMA (campos 754 a 775 + 798)		776	€	67.909,25
PREJUÍZO PARA EFEITOS FISCAIS (Se 776 > 753)		777	€	173.672,12
LUCRO TRIBUTÁVEL (Se 753 >= 776) (A transportar para o quadro 09)		778	€	

08

Regimes de taxa

08.1	Regimes de redução de taxa	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Estabelecimentos de ensino particular (ex-art.º 56.º do EBF)	242 <input type="checkbox"/>	20%
	Benefícios relativos à interioridade (art.º 41.º-B e ex-art.º 43.º do EBF)	245 <input type="checkbox"/>	12,5% / 21%
	Antigo Estatuto Fiscal Cooperativo (art.º 7.º, n.º 3 da Lei nº 85/98, de 16/12)	248 <input type="checkbox"/>	20%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (ex-art.º 35.º do EBF)	260 <input type="checkbox"/>	3%
	Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 36.º e 36.º-A do EBF)	265 <input type="checkbox"/>	5%
		247 <input type="checkbox"/>	

08.2	Regime geral	Assinalar com X	Taxas de tributação
	Região Autónoma dos Açores (Dec. Leg. Regional n.º 2/1999/A, de 20/1)	246 <input type="checkbox"/>	13,6% / 16,8%
	Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2001/M, de 20/2)	249 <input type="checkbox"/>	17% / 21%
	Rendimentos prediais de entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	262 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias imobiliárias/Incrementos patrimoniais obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	263 <input type="checkbox"/>	25%
	Mais-valias mobiliárias obtidas por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 87.º, n.º 4)	266 <input type="checkbox"/>	25%
	Rendimentos decorrentes da alienação de unidades de participação em FI e de participações sociais em SI, auferidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável (art.º 22.º-A, n.º 1, al. c) do EBF)	267 <input type="checkbox"/>	10%
	Outros rendimentos obtidos por entidades não residentes sem estabelecimento estável	264 <input type="checkbox"/>	

09

Apuramento da matéria coletável

(transporte de Q. 07)	Regime geral	Com redução de taxa	Com isenção	Regime simplificado (em vigor até 2010)
1. PREJUÍZO FISCAL	301 € 173.672,12	312 €	323 €	
2. LUCRO TRIBUTÁVEL	302 €	313 €	324 €	400 €

Regime especial dos grupos de sociedades

Soma algébrica dos resultados fiscais	380 €
Lucros distribuídos (ex-art.º 70.º, n.º 2)	361 €
Gastos de financiamento líquidos (opção prevista no art.º 67.º, n.º 5)	395 €
Resultados internos eliminados ao abrigo do anterior RTLC, a incluir no lucro tributável do período	376 €
Resultado fiscal do grupo	382 €

396 Prejuízos individuais deduzidos, verificados em períodos anteriores ao início da aplicação do regime:

Prejuízos NIF

398 Quotas-partes dos prejuízos fiscais deduzidas em caso de aquisição de grupos de sociedades (art.º 71.º, n.ºs 4 e 5)

Prejuízos NIF

Prejuízos fiscais dedutíveis	303 €	314 €	325 €	401 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)	383 €	386 €	389 €	392 €
Prejuízos fiscais autorizados/transmitidos [art.º 15.º, n.º 1, al. c) e art.º 75, n.º 5]	384 €	387 €	390 €	393 €
Prejuízos fiscais não dedutíveis (art.º 52.º, n.º 8)	385 €	388 €	391 €	394 €

3. DEDUÇÕES

Prejuízos fiscais deduzidos	309 €	320 €	331 €	407 €
-----------------------------	-------	-------	-------	-------

Discriminação dos prejuízos fiscais deduzidos, por período de apuramento e montante

file:///C:/Users/Andr%C3%A9/print6050169273852681708.html

5/11

Regime Geral

309.1 - Período

309.2 - Montante

Com redução de taxa

320.1 - Período

320.2 - Montante

Com isenção

331.1 - Período

331.2 - Montante

Benefícios fiscais

310 €

321 €

332 €

408 €

4. MATÉRIA COLETÁVEL (2-3)

311 €

322 €

333 €

409 €

0,00

ZFM - Matéria coletável que excede os plafonds máximos (art.ºs 36.º, n.º 3 e 36.º-A, n.º 4 do EBF)

336 €

COLETIVIDADES DESPORTIVAS - Dedução das importâncias investidas até 50% da matéria coletável (art.º 54, n.º 2 do EBF)

399 €

Existindo prejuízos fiscais autorizados/transmitidos, indique:

Total do valor utilizado no período (397-A + 397-B)

397 €

0,00

397-A

Valor utilizado no período [art.º 15.º, n.º 1 al. c) e art.º 75.º, n.º 5]

Valor utilizado no período

NIF

397-B

Valor utilizado no período (art.º 75.º, n.ºs 1 e 3)

Valor utilizado no período

NIF

MATÉRIA COLETÁVEL NÃO ISENTA [(311 - 399) + 322 + 336] ou 409 ou campo 42 do anexo E

346 €

0,00

10

Cálculo do Imposto

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 2, 1.ºs € 15.000,00 de matéria coletável das PME) (c. 311 do q.09 da m22 ou c.42 do anexo E) x 17%

347-A

€

Imposto à taxa normal (art.º 87.º, n.º 1) (c. 311 do q.09 da m22 ou c. 42 do anexo E) x 21%

347-B

€

Imposto a outras taxas

348

%

349 €

Imposto imputável à Região Autónoma dos Açores

350 €

Imposto imputável à Região Autónoma da Madeira

370 €

COLETA (347-A + 347-B + 349 + 350 + 370)

351 €

0,00

Derrama estadual (art.º 87.º - A)

373 €

COLETA TOTAL (351 +373)

378 €

0,00

Deduções:

Dupla tributação jurídica internacional (DTJI - art.º 91.º)

363 €

Dupla tributação económica internacional (art.º 91.º -A)

375 €

Benefícios fiscais

355 €

Adicional ao Imposto Municipal sobre imóveis (art.º 135.º-J do CIMI)

470 €

Pagamento especial por conta (art.º 93.º)

356 €

TOTAL DAS DEDUÇÕES (353 + 375 + 355 + 356 + 470) <= 378

357 €

0,00

TOTAL DO IRC LIQUIDADO (378 - 357) >= 0

358 €

0,00

Resultado da liquidação (art.º 92.º)

371 €

Retenções na fonte

359 €

Pagamentos por conta (art.º 105.º) e Pagamento por conta autónomo (Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, art.º 136.º, n.º 2)

360 €

Pagamentos adicionais por conta (art.º 105.º - A)

374 €

IRC A PAGAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) > 0

361 €

0,00

IRC A RECUPERAR (358 + 371 - 359 - 360 - 374) < 0

362 €

0,00

IRC de períodos anteriores

363 €

Reposição de benefícios fiscais

372 €

Derrama municipal

364 €

Dupla tributação jurídica internacional (art.º 91.º) - Países com CDT e quando DTJI > 378

379 €

Tributações autónomas

365 €

400,00

Juros compensatórios

366 €

Juros de mora

369 €

TOTAL A PAGAR [361 ou (-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] > 0

367 €

400,00

TOTAL A RECUPERAR [(-362) + 363 + 372 + 364 - 379 + 365 + 366 + 369] < 0

368 €

0,00

10-A Juros compensatórios

Discriminação do valor indicado no campo 366 do quadro 10:

Juros compensatórios declarados por atraso na entrega da declaração

366-A

€

Juros compensatórios declarados por outros motivos

366-B

€

file:///C:/Users/Andr%C3%A9/print6050169273852681708.html

6/11

10-B	Transferência de residência/cessação da atividade de estabelecimento estável/afetação de elementos patrimoniais (art.ºs 83.º, 84.º e 54.º -A, n.º 11)	
Modalidade de pagamento do imposto correspondente (art.º 83.º, n.º 2)		
1	<input type="checkbox"/> imediato [al. a)]	
2	<input type="checkbox"/> diferido [al. b)]	
3	<input type="checkbox"/> fracionado [al. c)]	
IRC + Derrama estadual		Derrama municipal
Valor do pagamento diferido ou fracionado		377- A € <input type="text"/> 377- B € <input type="text"/>
Total dos pagamentos diferidos ou fracionados (377-A + 377-B)		377 € <input type="text"/>
TOTAL A PAGAR (367 -377) > 0		430 € <input type="text"/>
TOTAL A RECUPERAR [367 ou (- 368) - 377] < 0		431 € <input type="text"/>

11	Outras informações	
Total de rendimentos do período		410 € <input type="text"/> 34.673,59
Volume de negócios do período		411 € <input type="text"/> 17.392,82
Diferença positiva entre o valor considerado para efeitos de liquidação do IMT e o valor constante do contrato, nos casos em que houve recurso ao procedimento previsto no art.º 139.º		416 € <input type="text"/>
Data em que ocorreu a transmissão das partes sociais (art.º 51.º, n.º 9 e art.º 88.º, n.º 11)		418 <input type="text"/>
Tratando-se de microentidade, indique se, em alternativa às normas contabilísticas para microentidades (NC-ME), opta pela aplicação das normas contabilísticas e de relato financeiro para as pequenas entidades (NCRF-PE) ou das normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF) [art.º 9.º-D do DL n.º 158/2009, de 13 de julho]		Sim ? 423 <input type="checkbox"/>
Ocorreu no período de tributação uma operação de fusão com eficácia retroativa (n.º 11 do art.º 8.º) da qual é sociedade beneficiária?		Sim ? 429 <input type="checkbox"/>

11-A	Ativos por impostos diferidos (AID) - Lei n.º 61/2014, de 26 de agosto	
Discriminação dos AID inscritos nas demonstrações financeiras a que respeita a Mod. 22:		
AID de perdas por imparidade em créditos		460 € <input type="text"/>
AID de benefícios pós-emprego ou a longo prazo de empregados		461 € <input type="text"/>
Outros AID		462 € <input type="text"/>
Informação adicional:		
Capital próprio		463 € <input type="text"/>
Crédito Tributário		464 € <input type="text"/>
Data da entrada em liquidação		465 <input type="text"/>

12	Retenções na fonte	
N.º de identificação fiscal ( NIF )		Retenção na fonte

13	Tributações autónomas	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)		414 € <input type="text"/>
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)		415 € <input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)		417 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas (antiga redação do art.º 88, n.º 3) (regime em vigor até 31/12/2013)		420 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas (ex-art.º 88.º, n.º4) (regime em vigor até 31/12/2013)		421 € <input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]		422 € <input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]		424 € <input type="text"/>
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)		425 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]		426 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]		427 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]		428 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]		432 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]		433 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]		434 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]		435 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]		436 € <input type="text"/>
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]		437 € <input type="text"/>
Despesas não documentadas [art.º 88, n.º 1] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22, n.º 8 do EBF)		438 € <input type="text"/>
Importâncias pagas ou devidas a entidades não residentes sujeitas a um regime fiscal privilegiado [art.º 88.º, n.ºs 1 e 8] (Regime Simplificado ou OIC abrangidos pelo art.º 22.º, n.º 8 do EBF)		439 € <input type="text"/>

13-A	Tributações autónomas - Zona Franca da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 14 do EBF)	
Despesas de representação (art.º 88.º, n.º7)		440 € <input type="text"/>
Encargos efetuados ou suportados com ajudas de custo e de compensação pela deslocação em viatura própria do trabalhador (art.º 88.º, n.º 9)		441 € <input type="text"/>
Lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiem de isenção total ou parcial (art.º 88.º, n.º 11)		442 € <input type="text"/>
Indemnizações por cessação de funções de gestor, administrador ou gerente [art.º 88.º, n.º 13, al. a)]		443 € <input type="text"/>
Gastos ou encargos relativos a bónus e outras remunerações variáveis pagas a gestores, administradores ou gerentes [art.º 88.º, n.º 13, al. b)]		444 € <input type="text"/>

	€
Encargos não dedutíveis nos termos da al. h) do n.º 1 do artigo 23.º-A suportados pelos sujeitos passivos que apresentem prejuízo fiscal (art.º 88.º, n.º 9) (regime em vigor até 31/12/2016)	445 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a)]	446 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b)]	447 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros e de mercadorias - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c)]	448 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 17]	449 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 17]	450 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros híbridas plug-in - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 17]	451 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA < € 25.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. a) e n.º 18]	452 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 25.000,00 e < € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. b) e n.º 18]	453 €
Encargos com viaturas ligeiras de passageiros movidas a GPL ou GNV - Se CA >= € 35.000,00 [art.º 88.º, n.º 3, al. c) e n.º 18]	454 €

14 Crédito de imposto por dupla tribut��o jurídica internacional (CIDTJI)							
1 - Código do País	2 - Tipo de rendimentos	3 - Saldo não deduzido	Apuramento no período			7 - Dedução efetuada no período	8 - Saldo que transita
			4 - Imposto pago no estrangeiro [art.� 91.�, n.�1, al. a)]	5 - Fra��o do imposto relativa a rendimentos obtidos no estrangeiro [art.� 91.�, n.� 1, al. b)]	6 - Crédito de imposto do período		
		Saldo n�o deduzido	Crédito de imposto do período	Dedução efetuada no período	Saldo que transita		
TOTAL do CIDTJI com CDT		� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>		
TOTAL do CIDTJI sem CDT		� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>		
TOTAL do CIDTJI		� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>	� <input type="text"/>		

Anexo D	
03	Rendimentos isentos
031	Iisenção definitiva
	Pessoas coletivas de utilidade pública de solidariedade social (art.º 10.º do CIRC)
	Atividades culturais, recreativas e desportivas (art.º 11.º do CIRC e art.º 54.º, n.º 1 do EBF)
	Cooperativas (art.º 66.º-A do EBF)
	Empreiteiros ou arrematantes, relativamente aos lucros derivados de obras e trabalhos das infraestruturas comuns NATO (art.º 14, n.º 2 do CIRC)
	Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente
	Entidade central de armazenagem: resultados líquidos do período contabilizados na gestão de reservas estratégicas de petróleo (art.º 25.º-A do Decreto-Lei n.º 165/2013, de 16 de dezembro)
	Outras isenções definitivas
031-A	Campo 314 - Fundos de pensões e equiparáveis (art.º 16.º, n.º 1 do EBF) e outros fundos isentos definitivamente
	Código do benefício Montante
031-B	Campo 304 - Outras isenções definitivas
	Código do benefício Montante
032	Iisenção temporária
	Zona Franca da Madeira e da Ilha de Santa Maria (art.º 33.º, n.º 1 do EBF)
	Comissões vitivinícolas regionais (art.º 52.º do EBF)
	Entidades gestoras de sistemas integrados de gestão de fluxos específicos de resíduos (art.º 53.º do EBF)
	Associações públicas, confederações, associações sindicais e patronais e associações de pais (art.º 55.º do EBF)
	Sociedades ou associações científicas internacionais (ex-art.º 57.º do EBF)
	Baldios e comunidades locais (art.º 59.º do EBF)
	Medidas de apoio ao transporte rodoviário de passageiros e mercadorias [mais-valias isentas (art.º 70.º do EBF)]
	Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente
	Outras isenções temporárias
032-A	Campo 315 - Fundos de poupança em ações (art.º 26.º do EBF) e outros fundos isentos temporariamente
	Código do benefício Montante
032-B	Campo 312 - Outras isenções temporárias
	Código do benefício Montante

04	Deduções ao rendimento (a deduzir no campo 774 no quadro 07 da declaração)
	Normativo legal
	Majoração à criação de emprego (art.º 19.º do EBF)
	Fundos de investimento [art.º 22.º, n.º 14, al. b) do EBF]
	Eliminação da dupla tributação económica dos lucros distribuídos por sociedades residentes nos PALOP e Timor-Leste (ex-art.º 42.º do EBF)
	Majorações aplicadas aos benefícios fiscais à interioridade [ex-art.º 43.º, n.º 1, al. c) e d) do EBF]
	Empresas armadoras da marinha mercante nacional (art.º 51.º do EBF)
	Majorações aplicadas aos donativos previstos nos artigos 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF
	Majoração de quotizações empresariais (art.º 44.º do CIRC)
	Majoração aplicada aos gastos suportados com a aquisição, em território português, de combustíveis para abastecimento de veículos (art.º 70.º, n.º 4 do EBF)
	Remuneração convencional do capital social (art.º 136.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF)



				401
Majoração dos gastos relativos a creches, lactários e jardins de infância (art.º 43.º, n.º 9 do CIRC)				411
Majoração das despesas realizadas por cooperativas em aplicação da reserva para a educação e formação (art.º 66.º-A, n.º 7 do EBF)				411
Lucros colocados à disposição e rendimentos de juros obtidos por sócios ou acionistas de sociedades licenciadas na ZFM (art.º 36.º-A, n.ºs 10 e 11, do EBF)				411
Majoração dos gastos suportados com a aquisição de eletricidade, GNV e GPL para abastecimento de veículos (art.º 59.º-A do EBF)				411
Majoração das despesas com sistemas de car-sharing e bike-sharing (art.º 59.º-B do EBF)				411
Majoração das despesas com frotas de velocípedes (art.º 59.º-C do EBF)				411
Majoração do gasto suportado por proprietários e produtores florestais aderentes a zona de intervenção florestal com contribuições financeiras destinadas ao fundo comum (art.º 59.º-D, n.º 12 do EBF)				411
Majoração das despesas com certificação biológica de exploração (art.º 59.º-E do EBF)				411
Outras deduções ao rendimento				411
Total das deduções (401 + ... + 410 + 412 + ... + 419)				411
04-A Campo 410 - Outras deduções ao rendimento				
Código do benefício				Montante
041 Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (art.º 75.º-A do CIRC)				
Código do benefício				NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora
				Montante

05		Soc. gestoras de participações sociais (SGPS), soc. de capital de risco (SCR) e investidores de capital de risco (ICR)		
Mais-valias não tributadas (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				5
Menos-valias fiscais não dedutíveis (ex-art.º 32.º, n.º 2 e ex-art.º 32.º-A, n.º 1 do EBF)				5

06		Entidades Licenciadas na Zona Franca da Madeira		
Data do licenciamento				601
604 Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)				
		Código NACE Rev. 1 (art.º 36.º, n.º 6 do EBF)		
605 Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)				
		Código NACE Rev. 2 (art.º 36.º-A, n.º 7 do EBF)		
Número de postos de trabalho criados nos primeiros seis meses de atividade e mantidos no período				602
Número de postos de trabalho:				
No início do período de tributação				606
No final do período de tributação				607
Investimento efetuado na aquisição de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, nos dois primeiros anos de atividade				603

06.1		Apuramento do limite máximo aplicável aos benefícios fiscais relativos ao período (a preencher no caso de aplicação do regime do art.º 36.º-A do EBF)		
Benefício correspondente à diferença:				
Taxa de IRC (artigo 36.º-A, n.º 1 do EBF)				608
Derrama regional (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				609
Derrama municipal (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				610
Taxas de tributações autónomas (artigo 36.º-A, n.º 14 do EBF)				611
Dedução de 50% da coleta do IRC (artigo 36.º-A, n.º 6 do EBF)				612
Outros benefícios previstos (artigo 36.º-A, n.º 12 do EBF)				613
TOTAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (608 + 609 + 610 + 611 + 612 + 613)				614
Valor acrescentado bruto no período e na Zona Franca da Madeira x 20,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, a) do EBF]				615
Custos anuais de mão-de-obra incorridos na Zona Franca da Madeira x 30,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, b) do EBF]				616
Volume de negócios do período na Zona Franca da Madeira x 15,1% [art.º 36.º-A, n.º 3, c) do EBF]				617
Excesso a regularizar (art.º 36.º-A, n.º 3 do EBF) (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)				618

07		Deduções à coleta (a deduzir no campo 355 do quadro 10 da declaração)		
071		Benefícios fiscais contratuais ao investimento (ex-art.º 41.º, n.º 1 do EBF, art.ºs 15.º a 21.º do CFI (revogado) e art.ºs 2.º a 21.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 16/2016/M, de 28/06 e art.ºs 2.º a 21.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)		
Diploma		701-Saldo não deduzido no período anterior		702-Dotação do período
		703-Dedução do período		704-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período
		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total		€ 0,00		€ 0,00
072		Projetos de investimento à internacionalização (ex-art.º 41.º, n.º 4 do EBF e art.º 22.º do CFI revogado pela Lei n.º 83-C/2013, de 31/12)		
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período
Saldo que transita para período(s) seguinte(s)				
705 €		706 €		707 €
				708 €
073		SIFIDE - Sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial (Lei n.º 40/2005, de 3/8) e SIFIDE II (art.º 133.º da Lei 55-A/2010, de 31/12, art.ºs 33.º a 40.º do CFI (revogado) e art.ºs 35.º a 42.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 35.º a 42.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)		
Diploma		709-Saldo não deduzido no período anterior		710-Dotação do período
		711-Dedução do período		712-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período
		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)
Total				

€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>	€ <input type="text" value="0,00"/>																	
074	Regime fiscal de apoio ao investimento (Lei n.º 10/2009, de 10/3 (sucessivamente prorrogada), art.ºs 26.º a 32.º do CFI (revogado) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10) e art.ºs 22.º a 26.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06																				
	Diploma																				
	713-Saldo não deduzido no período anterior																				
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)															
Total		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>															
076	Crédito fiscal extraordinário ao investimento (Lei n.º 49/2013, de 16/07)																				
Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)															
722 € <input type="text" value=""/>		723 € <input type="text" value=""/>		724 € <input type="text" value=""/>		725 € <input type="text" value="0,00"/>															
079	IFPC - Incentivo fiscal à produção cinematográfica (Artigo 59.º-F do EBF e Portaria n.º 89.º-A/2017, de 19 de abril)																				
790-Nº de identificação da obra		791-Data de início da obra		792-Data de conclusão da obra		793-Saldo não deduzido no período anterior		794-Valor do incentivo no período		795-Dedução do período		796-Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		797-Valor a reembolsar		798-Valor a repôr (a transportar para o C.372 do Q.10 da M.22)					
Saldo não deduzido no período anterior		Valor do incentivo no período		Dedução do período		Saldo que transita para período(s) seguinte(s)		Valor a reembolsar													
Total		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>		€ <input type="text" value="0,00"/>											
075	Outras deduções à coleta																				
Normativo legal														Dedução efetuada							
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma da Madeira (Dec. Leg. Regional n.º 2/2009/M, de 22/1)														717 € <input type="text" value=""/>							
Incentivos fiscais aos lucros reinvestidos na Região Autónoma dos Açores (art.º 6.º do Dec. Leg. Regional n.º 2/99/A. de 20/1)														726 € <input type="text" value=""/>							
Entidades licenciadas na Zona Franca da Madeira (art.ºs 35.º, n.º 6 e 36º, n.º 5 e 36.º-A, n.º 6 do EBF)														718 € <input type="text" value=""/>							
Sociedades de capital de risco e investidores de capital de risco (art.º 32.º-A, n.º 4 do EBF)														719 € <input type="text" value=""/>							
Dedução por lucros retidos e reinvestidos pelas PME (art.os 27.º a 34.º do CFI) aprovado pelo Dec.-Lei n.º 162/2014, de 31/10 e art.ºs 27.º a 34.º do CFI na RAM aprovado pelo Dec. Leg. Regional n.º 24/2016/M, de 28/06)														727 € <input type="text" value=""/>							
Dedução de 50% à coleta pelas entidades licenciadas para operar na Zona Franca Industrial da Madeira (art.º 36.º-A, n.º 6 do EBF)														728 € <input type="text" value=""/>							
														720 € <input type="text" value=""/>							
TOTAL DAS DEDUÇÕES (703 + 707 + 711 + 715 + 724 + 795 + 717 + 726 + 718 + 719 + 727 + 728 + 720)														721 € <input type="text" value="0,00"/>							
077	Transmissão de benefícios fiscais da sociedade fundida ou cindida ou da sociedade contribuidora (Art.º 75.º-A do CIRC)																				
Código do benefício		NIF soc. fundida, cindida ou contribuidora		Saldo não deduzido no período anterior		Dotação do período		Dedução do período													
078	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para períodos de tributação de																				
746-Código do benefício		735-Região elegível (art.º 43.º do CFI)		736-Código CAE da atividade a que se destina o investimento (art.º 2.º da Port. n.º 282/2014, de 31/12)		737-Montante das aplicações relevantes (art.ºs 11.º, 22.º e 30.º do CFI)		Incentivos: Fiscais		740-Não Fiscais		741-Total									
								738-IRC		739-IMI, IMT e SELO											
Indique se se qualifica como microentidade nos termos previstos no Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro																					
078-A	Incentivos sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (CFI aprovado pelo Decreto-Lei n.º 162/2014, de 31 de outubro) (Para os períodos de tributação de 2017 e seguintes)																				
078-A1	Informação relativa a projetos de investimento de âmbito regional																				
N.º de linha		Projeto de investimento/incentivo						Aplicações relevantes previstas													
750-Tipo		751-N.º projeto/Código do incentivo		752-Data de início do investimento		753-Data de fim do investimento		754-Tipologia de investimento		755-Identificação oficial do incentivo financeiro		756-Região elegível		757-Código CAE		758-Montante total		759-Montante total atualizado			
078-A2	Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores do período de tributação																				
760-N.º de linha em Q078-A1		Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT		SELO		771-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/utilizados							
		761-Montante		762-Montante atualizado		763-Montante usufruído		764-Montante usufruído atualizado		765-Montante utilizado		766-Montante atualizado		767-Montante utilizado		768-Montante atualizado		769-Montante utilizado		770-Montante utilizado	
078-A3	Incentivos financeiros usufruídos e fiscais utilizados - valores atualizados acumulados																				
772-N.º de linha em Q078-A1		Aplicações relevantes realizadas		Financeiro		IRC		IMI		IMT		SELO		779-Montante total atualizado dos benefícios usufruídos/atualizados		780-Intensidade de auxílio acumulada (em %)		781-Montante a inscrever no campo 372 do Q.10 da M.22			
		773-Montante acumulado atualizado		774-Montante usufruído atualizado		775-Montante atualizado		776-Montante atualizado		777-Montante utilizado		778-Montante utilizado									

08	Donativos (art.ºs 62.º, 62.º-A e 62.º-B do EBF)				
Tipo donativo		NIF da entidade donatária		Valor donativo	
01		501386246		€ <input type="text" value="1.000,00"/>	

09	Incentivos Fiscais sujeitos à regra de minimis				
Total dos Incentivos de anos anteriores (de natureza fiscal e não fiscal)					
N-2		<input type="text" value=""/>		901 € <input type="text" value=""/>	
N-1		<input type="text" value=""/>		902 € <input type="text" value=""/>	

Incentivos do ano		
Incentivo de natureza não fiscal		903
Incentivos de natureza fiscal		
Remuneração convencional do capital social (Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 e art.º 41.º-A do EBF) x taxa do IRC		904 A
Redução da taxa do IRC aplicável às PME, aos primeiros € 15.000,00 de matéria coletável (art.º 87.º, n.º 2 do CIRC)		904 B
Redução de taxa - benefícios à interioridade (ex-art.º 43.º e art.º 41.º-B do EBF)		904 C
Despesas com projeto de investimento produtivo (art.º 18.º, n.º1, al. b) e n.º5 do CFI, revogado pelo Dec-Lei n.º 162/2014, de 31/10) x taxa do IRC		904 D
Total dos incentivos do ano de natureza fiscal (904-A + 904-B + 904-C + 904-D)		904
Total dos incentivos do triénio (901 + 902 + 903 + 904)		905
IRC a regularizar (a indicar no campo 372 do quadro 10 da declaração)		906
Identificação das empresas associadas (conceito de empresa única para efeitos do limite de mínimos)		
907 - NIF		

10	Incentivos Fiscais à interioridade ligados ao investimento sujeitos às taxas máximas de auxílios regionais (ex-art.º 43.º do EBF) - a indicar no campo 372 do Q.10 da declaração		
Investimentos elegíveis	Tangível	Intangível	
	1001 €	1002 €	1003
Auxílios ao investimento			
Redução dos encargos com a segurança social x (1 - taxa do IRC)	1004		
Majoração das depreciações	Majoração	Taxa do IRC	
	1005 €	1006	1007 %
Majoração dos encargos com a segurança social	Majoração	Taxa do IRC	
	1008 €	1009	1010 %
Majoração do crédito fiscal ao investimento	1011		
Outros	1012		
TOTAL DOS AUXÍLIOS (1004 + 1007 + 1010+ 1011+ 1012)	1013		
Taxa de auxílio	1014		
Taxa máxima legal aplicável	1015		
EXCESSO A REGULARIZAR (a transportar para o campo 372 do quadro 10 da declaração)	1016		

11	Deduções à Matéria Coletável (a deduzir no campo 399 do quadro 09 da declaração)			
111	Coletividades desportivas (art.º 54, n.º 2 do EBF)			
Saldo não deduzido no período anterior	Dotação do período	Dedução do período	Saldo que transita para período(s) seguinte	
1111 €	1112 €	1113 €	1114	

11-A	Informação adicional relativa ao regime aplicável às entidades licenciadas na ZFM e aos auxílios de estado com finalidade regional	
Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF	Caso tenha empresa(s) parceira(s) ou associada(s) tal como definida(s) nos n.ºs 2 e 3 do artigo 3.º do Anexo ao Decreto-Lei n.º 372/2007, de 6 de novembro, indique o(s) respetivo(s) NIF	
3 - NIF		